

POR UMA METANÁLISE DO DISCURSO: MOVIMENTOS EPISTEMOLÓGICOS DE ESTUDOS DISCURSIVOS

Hulda Gomides Oliveira¹

Resumo: Este artigo pretende realizar uma reflexão, de fundo epistemológico, voltada a uma área dos estudos da linguagem comumente reconhecida como Análise de Discurso (AD). Para isso, propomos uma espécie de epistemologia metanalítica, uma vez que dispensamos a esse campo de conhecimento um olhar que, ao mesmo tempo, coloque-o ora como lugar de objeto ora como metodologia. Buscamos, assim, compreender tanto o discurso da AD quanto o discurso como fenômeno de linguagem. Nesse sentido, além de funcionar como parâmetro metodológico, possibilita à reflexão levantar algumas filiações da AD enquanto espaço de saber, por tornar mais visíveis as condições de possibilidade constitutivas de uma área do conhecimento que reclama como objeto o discurso, bem como outras áreas de estudos discursivos.

Palavras-chave: Análise de Discurso; Discurso; Materialidade(s); Objeto(s); Teoria.

Résumé: Cet article se propose d'effectuer une réflexion de fond épistémologique, centrée sur un domaine des études de la langue communément reconnu comme l'Analyse du Discours (AD). Nous proposons une sorte d'épistémologie méta-analytique, puisque nous donnons à ce domaine de la connaissance un regard qui en même temps, se met en place soit comme objet ou comme méthode. Nous cherchons comprendre le lieu du discours de l'AD et le discours comme un phénomène de langue. Par conséquent, en plus de fonctionner comme un paramètre méthodologique, permet la réflexion en recherchant certaines affiliations de l'AD comme un domaine de connaissance en rendant plus visible les conditions de possibilités constitutives de ces connaissances qui traitent le discours comme objet, aussi bien que d'autres domaines d'étude discursive.

Mots-clés: Analyse du Discours; Discours; Matérialité(s); Objet(s); Théorie.

Introdução

A dificuldade de definição exata da Análise de Discurso como sendo uma disciplina, ou uma área, ou uma ciência ou uma vertente teórica, já prefigura uma das justificativas das ideias aqui apresentadas. Isto é, essa questão de nomenclatura prevê a reunião de características e elementos possíveis de serem inscritos no campo, revelando, assim, o que

¹ Mestre em Linguística pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Graduada em Letras pela mesma instituição de ensino. Graduada em Jornalismo. Professora assistente da Faculdade de Letras da UFG.

pode ser reconhecido como AD e como podem ser definidas as demais perspectivas que conclamam o discurso como foco de interesse, dando espaço ao que poderíamos chamar de estudos do discurso. Com esse raciocínio podemos lançar a seguinte hipótese inicial: existem práticas que inserem a AD em uma determinada formação discursiva, na medida em que começamos a pensar naquilo que pode ou não ser inscrito na área, não no sentido de ser possível um enquadramento alfandegário que a emoldure numa “disciplina”, mas levando em conta a ideia de que existam *tipos relativamente estáveis de práticas*, manifestas por meio de textos e de conceitos, que configuram afinal tal campo. A tenuidade entre o sistemático e o instável parece, portanto, existir antes mesmo da denominação da AD, estando ligada, na verdade, ao próprio “discurso”. Considerando isso, ao colocar a AD em questão, ao remexer em suas bases e ao revirar sua atualidade, usando nessa empreitada seus próprios conceitos operadores, seria possível perceber limites, alcances e potencialidades epistemológicas da AD e dos estudos do discurso, ao repensar discursivamente objetos como, por exemplo, o lugar do simbólico nas práticas sociais contemporâneas, já que o discurso não pode ser reduzido à frase nem ao texto, mas deve ser considerado em sua materialidade simbólica.

Discurso e discurso[s]: uma dupla aventura

Quando a Análise de Discurso assume entrada na “aventura teórica do discurso”² ela inicia um processo de filiação a uma série de preocupações investigativas possíveis. Nas palavras de Orlandi (2002), há muitas maneiras de se estudar a linguagem, na medida em que há muitas maneiras de se significar, e uma dessas formas é a Análise de Discurso. Assim, vislumbra-se desde já um recorte de interesse teórico e tal recorte prevê o estudo de um fenômeno dentre tantos atrelados à língua[gem]. Tem-se, portanto, a análise da palavra em movimento, da prática de linguagem enquanto atividade simbólica, da língua em uso, dos sujeitos falando e se comunicando na interação linguageira do cotidiano.

Ao observar os seres humanos e suas maneiras de significar é possível notar regularidades produzidas pelas articulações entre língua, política e cultura que, devido a condições de produção diversas, advindas de heterogêneas relações históricas, ideológicas e simbólicas, acabam por constituir formações de campos de discurso. Tais campos congregam práticas de sujeitos que vão se organizando socialmente e se agregando às diversas integrações possíveis no social.

² Expressão de Althusser (apud MALDIDIER, 2003).

Esse ritmo discursivo abre a todos os analistas de discurso, do ponto de vista epistemológico, que é o que se pretende adotar na presente reflexão, um enorme *corpus* de estudo, parecendo ser possível, em um primeiro olhar, considerar toda prática de linguagem como objeto da AD. Diante disso, o que queremos pensar, mesmo que em tom ensaístico, é na existência de delimitações metodológicas dentro dessa grande teia de questões [inter]discursivas, que podem ou não formalizar um interesse teórico analítico. E, sendo assim, quais seriam as características desses fenômenos discursivos?

Percebe-se, até então, que a tarefa do analista irá sempre se deparar com um duplo objeto: o Discurso e o[s] discurso[s]. De um lado, consta o Discurso em sua esfera conceitual, e tal acepção exige desde o início uma escolha metodológica que defina de que lugar teórico se fala. Tem-se, por exemplo, a noção de discurso para a Linguística, para a Antropologia, para a Filosofia, para a Ciência Política (alguns estudiosos, tais como: Harris, Habermas, Laclau, Coulthard). Já sob a insígnia de Estudos Discursivos têm-se, por exemplo, a Análise Crítica do Discurso (ou Análise do Discurso Crítica), a Semiótica do Discurso, a própria Análise de Discurso – que também admite diferentes estudos e análises –, formando-se, assim, vertentes teóricas distintas a partir de autores como: Fairclough, Greimas, Bakhtin, Foucault, Pêcheux.

De outro lado, está o discurso como objeto que se pretende analisar, ou ainda, os fenômenos discursivos que se apresentam à análise, de modo que a esse domínio está ligado o discurso em sua manifestação fenomênica, constituinte das práticas de linguagem. Ou seja, refere-se à empiria dos discursos dados em sociedade, formando, por fim, as materialidades analisáveis.

Dentro dessa perspectiva complexa do “discurso”, podemos dizer que temos olhares variados para um mesmo elemento, a partir do qual são ressaltados metodologicamente por pensadores e campos teóricos específicos determinados aspectos. Por exemplo, para Foucault, de modo bem resumido, o discurso é visto como resultante da união de regras anônimas e históricas que condicionam o exercício da função enunciativa (2008, p. 136), ou melhor: “conjunto de enunciados que provém de um mesmo sistema de formação” (2008, p. 141), “constituído por um número limitado de enunciados para os quais se pode definir um conjunto de condições de existência” (2008, p. 153).

Por sua vez, segundo Pêcheux, conforme traz Orlandi (2005), *grosso modo*, o discurso é entendido como “efeito de sentidos entre locutores”, como lugar particular em que a relação entre língua e ideologia ocorre, necessariamente ligado a condições de produção e irrupção;

um objeto sócio-histórico em que o linguístico está pressuposto. Se a linguagem é sistema capaz de ambiguidade, a discursividade é a inserção dos efeitos materiais da língua na história. De acordo com Pêcheux (1988), o discurso, pelas formações discursivas, será sempre condicionante do sujeito, ou seja, os indivíduos são sempre interpelados por essas formações: “a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se realiza pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina” (PÊCHEUX, 1988, p. 163).

Já para Maingueneau, o discurso é visto como “uma dispersão de textos, cujo modo de inscrição histórica permite definir como um espaço de regularidades enunciativas” (2008, p. 15). Para ele, não cabe uma análise total do conteúdo desses discursos (textos como arquivo), como se o texto fosse superior ao intérprete, mas a análise das condições de produção dos discursos (textos como *corpus*). Conforme pondera:

O discurso não é nem um sistema de ‘ideias’, nem uma totalidade estratificada que poderíamos decompor mecanicamente, nem uma dispersão de ruínas passível de levantamentos topográficos, mas *um sistema de regras que define a especificidade da enunciação* (2008, p. 19, grifo nosso).

Refletindo, então, com esses pensadores podemos propor que ao falar em discurso, a partir das perspectivas aqui ressaltadas, é possível resguardar a ideia da língua acontecendo, promovendo regularidades na dispersão dos enunciados que circulam socialmente. Discurso seria, então, um ser (estrutura) e um vir a ser (acontecimento); um processo de atualização da linguagem, que conjuga determinadas práticas e enunciados, participantes de uma memória, de uma história e de uma cultura comum, estabelecendo, enfim, certos sentidos e não outros.

Equivocidade do discurso: entre o sistemático e o instável

É assim que a tal aventura discursiva se desenha, por residir entre a inconstância da novidade da linguagem e a estabilidade que ela passa a assumir por seu viés histórico, político e simbólico. É um lugar movente e “equivoco”, que do ponto de vista teórico, exige materialidades analisáveis, mas, ao mesmo tempo, lida com a instabilidade constitutiva do próprio objeto de análise: o discurso. É uma saída do sentido (no singular) aos efeitos de sentidos; da constância do significante ao sistema de circulação da palavra nos vários suportes, instituições e gêneros; do sujeito (centro epistêmico do seu dizer) ao *sujeito a* (por compreender os diversos modos de sujeição que interpelam o sujeito, além de questões inconscientes que incidem sobre ele mesmo).

A busca por uma compreensão do discurso já nos reforça essa equivocidade de que falamos. Trata-se de um termo equivoco, não no sentido de ser um erro ou um absurdo, muito

menos de ser confuso ou ambíguo, mas por não ser unívoco. É equívoco por possibilitar, como dissemos, diferentes formas de tomá-lo como conceito, ou ainda, por possibilitar diferentes formas de representá-lo. Fica mais fácil desenvolver o que estamos querendo dizer se opomos essa concepção com a de ideia de algo unívoco, por exemplo: quando falamos de “ser humano” não há espaço para equivocidade, pois não se pode pensar em objetos diferentes que também representariam tal conceito. Isto é, seja na Biologia ou na História, mesmo se existirem diferenças de abordagem, o referente “ser humano” sempre trará uma mesma ideia. Por outro lado, quando falamos de “sujeito” não é possível esperar que sempre se promova uma mesma acepção, do mesmo modo que ocorre com o “discurso”. Algo permanece pela motivação iniciada por um referente único, talvez mantida pela própria formação etimológica do termo, *discurrere*, do latim, mantém a noção de algo em curso, mas abre-se um enorme leque de usos e significações, que vai sendo cada vez mais desenhado a partir das diversas tomadas de posição conceitual. A qualidade de equívoco, portanto, não está ligada às diferentes formas de abordagem entre as áreas, mas só existe porque o conceito é por ele mesmo equívoco. São, finalmente, diferentes acepções do discurso, em diferentes campos que o convocam, sem, contudo, que essa diversidade o torne impreciso enquanto conceito.

Possenti fala de uma vagueza cada vez mais característica do termo, propondo, inclusive, uma equivalência à ideia de resíduo. “Está se transformando [o discurso] numa espécie de lixeira para onde se recolhem os restos da linguística [...]. De alguma maneira, resume-se aos restos que sobram das tentativas de operar cientificamente, isto é, com regras gerais, sobre os dados linguísticos” (POSSENTI, 1988, p. 1). A respeito disso ponderamos duas coisas: a não univocidade do discurso, responsável pela existência de diferentes formas de abordagem, não desmerece a força desse conceito quando deslocado a um ambiente teórico específico; o discurso não está fora das possibilidades de operar cientificamente sobre a língua, pois ao entendê-lo como parte de um arcabouço teórico, tornamos viável a análise de fenômenos da linguagem por meio de parâmetros e categorias definidas e, por isso, legítimas.

O que defendemos, portanto, é que isso abre caminhos para pensar a AD muito mais como uma teoria do discurso do que como um instrumento de análise de discursos diversos.

O analista de discurso ao reconhecer o discurso como uma noção fundadora de um campo de conhecimento específico vai trabalhar justamente na explicitação dos efeitos de sentidos que são a definição do que é discurso. E a compreensão disso não deriva da simples aplicação da linguística como se o discurso fosse apenas um instrumento. Não. O discurso é o objeto que nos permite observar as relações entre a ideologia e a língua, lugar em que se podem analisar os efeitos do jogo da língua na história e os efeitos desta na língua. O que deve nos permitir compreender *como* um

material simbólico produz sentidos e *como* o sujeito se constitui. E é essa, afinal, a tarefa do analista de discurso (ORLANDI, 1998, grifo nosso).

Ainda com Orlandi (2005): “a análise de discurso reúne, deslocando, língua-sujeito-história, construindo um objeto próprio, o discurso, e um campo teórico específico”. Aliás, conforme traz a autora, para Pêcheux (apud ORLANDI, 1998, p. 11):

A tarefa do analista de discurso é compreender a relação entre o real da língua e o real da história. Daí que a noção de *forma material* constitui ponto central para a análise de discurso. Ela institui um espaço teórico particular que não reconhece a divisão forma/conteúdo e que tem vigência na perspectiva que trabalha com a língua enquanto sistema sintático intrinsecamente passível de jogo e a discursividade como inscrição dos efeitos linguísticos materiais na história para produzir sentidos (M. Pêcheux, 1994).

Malidier (2003), por sua vez, oferece à Análise de Discurso o estatuto mesmo de ciência, reconhecendo a difícil tarefa de fundação desempenhada por Pêcheux, empreitada essa que só teria sido possível por meio da “construção da teoria e método” do discurso. Segundo ela, Pêcheux tem o discurso como “lugar teórico” no qual se intrincam as reflexões do pensador sobre questões da linguagem, como língua, história e sujeito.

A originalidade da aventura teórica do discurso prende-se ao fato [de] que ela se desenvolve no duplo plano do pensamento teórico e do dispositivo da análise de discurso, que é seu instrumento. Michel Pêcheux esteve ao mesmo tempo do lado da teoria do discurso e do lado da Análise de Discurso. (op. cit., p. 15 – 16).

A expressão “teoria do discurso”, explica Malidier (2003, p.101, nota 23), consta literalmente no artigo número 24 de *Langages*, apesar de ter sido a nomenclatura “semântica discursiva” que permaneceu, por um tempo, como denominação das proposições de Pêcheux, tendo sido deixada em *Langages*, número 37. Pêcheux, nessas circunstâncias, aparece como responsável pela construção inicial de uma teoria. “Em algumas linhas apertadas em que cada palavra é um conceito, ele lança, como um navio incendiário, a primeira formulação da teoria do discurso” (MALDIDIER, 2003, p. 32). Apesar de parecer apenas uma questão de nomeação, conceber a AD como teoria, como ciência, como dispositivo, ou, mais especificamente, como disciplina de entremeio é reclamar a essa prática teórica uma legitimidade que se garante pela indispensável materialidade do discurso. Reconhecendo, assim, que sempre haverá uma forma material que possibilite o olhar analítico, o que não significa compreender essa materialidade como singular ou estática, pois é isso que faz do trabalho da AD ser sempre uma atividade de revisão. Mais ou menos como entrevê Pêcheux, “um trabalho de interrogação-negação-desconstrução das noções postas em jogo na AD” (1990, p. 315).

Portanto, não entendemos, de modo algum, que haja uma homogeneidade do discurso passível de ser estudada ou mapeada. Afinal, reconhecemos que estamos inseridos em uma espécie de teia, que se desfaz e refaz; uma ordem, ao mesmo tempo movediça e relativamente sistemática. Dessa maneira, não buscamos encontrar *vias* devidamente traçadas e fixas de um saber, antes, pensamos em *movimentos* epistemológicos, exatamente por privilegiar essa ideia de “movência”, uma vez que movimentos não fazem referência somente a mudanças, mas a abalos ou agitações em determinado sistema. “Movimento dos sentidos, errância dos sujeitos, lugares provisórios de conjunção e dispersão, de unidade e de diversidade, de indistinção, de incerteza, de trajetos, de ancoragem e de vestígios: isto é discurso” (ORLANDI, 2002, p. 9).

A presente discussão retoma, aliás, diversos debates já há algum tempo feitos por pensadores contemporâneos que compõem o quadro dos Estudos do Discurso no Brasil, que vão, em diferentes momentos e textos, recolocar a questão do discurso e suas [novas] materialidades, a fim de refletir de algum modo sobre as potencialidades dos fenômenos discursivos analisáveis e sobre a validade das questões a serem postas em jogo na AD (como enuncia o próprio Pêcheux). Questões que sempre retornam, como: os métodos usados para análise de acontecimentos ocorridos na França são válidos para uma Análise de Discurso brasileira? As metamorfoses discursivas, ou melhor, as novas formas materiais dos discursos, práticas altamente visuais, imagéticas e tecnológicas, por exemplo, podem ser pensadas do ponto de vista linguístico, que foi sempre um pressuposto dos discursos e da AD? E, ainda, a AD consegue abarcar uma infinidade de estudos do discurso que têm sido produzidos?

A materialidade simbólica garante a análise

Diante dessa diversidade potencial das práticas discursivas, talvez seja possível encontrar pontos de união quando pensamos no discurso como ligado necessariamente à interpretação. E, desse modo, ligado a gestos de leitura (verbo-visuais) que buscam tudo aquilo que se põe a interpretar, por serem sempre atos investidos de componente simbólico. São essas práticas simbólicas, nas quais o linguístico está pressuposto, pelo processo inevitável de enunciação a que a linguagem se submete, que se constituem objetos válidos à análise, por suas imbricações com a ideologia e a cultura participantes da memória linguageira de uma comunidade social.

Os fenômenos, práticas, falas, enunciados, enfim, os *acontecimentos* que irão assumir perspectiva discursiva são aqueles que tiverem materialidade histórica, simbólica, ideológica, política e cultural, nunca correndo o risco de reduzir o histórico ao político, o político ao

ideológico, o ideológico ao discursivo e nem, por fim, o discursivo ao sintático/linguístico, como alerta Courtine (2006). É, portanto, a mescla desses componentes que irá garantir a espessura complexa dos acontecimentos discursivos.

Essa noção de acontecimento é fundamental para o trabalho do analista, pois resguarda a materialidade das questões discursivas. Um acontecimento só irá se constituir com o aparecimento de um enunciado (verbal e/ou não-verbal), conforme Ducrot mostra ao pensar a relação discurso–enunciação, na medida em que “é dada existência a alguma coisa que não existia antes de falar e que não existirá mais depois” daquele evento enunciativo (DUCROT apud POSSENTI, 2009, p. 119), por isso, como pensou Benveniste, a enunciação é um evento irrepetível e o acontecimento lida com a novidade, pois pode fomentar sentidos novos a cada vez que emerge. É essa vivacidade da linguagem e sua materialidade no real da História, por meio da visualidade, da verbalidade e da corporalidade, que se manifestam nos enunciados, textos e gêneros verbo-visuais que daí provêm, é que se constituem os sujeitos e suas práticas. Disso surgem acontecimentos que irão fomentar uma inesgotável rede de *efeitos de sentido*, altamente *simbólicos* (ideológicos, políticos e culturais) dentro do circuito social.

É em tal rede intrincada que o analista irá se aventurar teoricamente. A tarefa dele é, então, uma incursão teórico-metodológica contínua que está, ao mesmo tempo, preocupada com a realidade dos fenômenos discursivos e com a ativação de conceitos operadores que a própria empiria irá solicitar. Isto é, há em vista um duplo e permanente plano: o do pensamento teórico e do dispositivo de análise. Resta, portanto, assumirem-se sítios de observação dos discursos, o que demanda a construção de um *corpus* analítico, mas também teórico. Assim, o analista tem o poder de criação de categorias de análise por meio do agrupamento de enunciados em uma coerência geral, resultando numa espécie de trabalho de categorização dos discursos e suas condições de produção. Está em jogo a circulação de significantes que permitem a ação social e, nesse contexto, interessa à AD perceber como as pessoas, através dos textos, legitimam vínculos sociais e práticas discursivas que constroem as instituições e atividades em geral. Em outras palavras, cabe a retomada e a inscrição em dispositivos teóricos específicos mais válidos ao objeto. Diante disso, enfim, pensar em um *corpus* de análise não se limita em pensar o que pode ser visto como Discurso, mas refere-se à infinidade de atos discursivo-simbólicos produzidos socialmente que se colocam passíveis à interpretação a todo tempo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COURTINE, J. J. 2006. *Metamorfoses do discurso político: derivas da fala pública*. São Carlos: Claraluz.

FOUCAULT, M. *Arqueologia do Saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2008.

MAINGUENEAU, D. *Gênese dos Discursos*. Sírio Possenti (Org.) São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MALDIDIER, D. *A Inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje*. Campinas: Pontes, 2003.

ORLANDI, E. P. A Análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. In: INDURSKY, F; FERREIRA, M. C. L. *Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos: Claraluz, 2005.

_____. O próprio da Análise de Discurso. In: _____. *Escritos*. Discurso e Política. Campinas, Labeurb, 1998.

_____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 4. ed. 2002.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso*. Campinas: Unicamp. 1988.

_____. A Análise de Discurso: três épocas. (1983). In: GADET, F; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethânia Mariani. Campinas: Editora da Unicamp. 1990.

POSSENTI, S. *Discurso, estilo e subjetividade*. São Paulo: Martins Fontes. 1988.

_____. *Questões para analistas do discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.